



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 7 de Dezembro de 2011 (09.12)
(OR. en)**

**17879/1/11
REV 1**

**COPEN 350
JURINFO 76
EJUSTICE 94**

NOTA

de:	Presidência
para:	Coreper/Conselho
n.º doc. ant.:	17760/11 COPEN 347 EJUSTICE 93 JURINFO 74
Assunto:	Manual para profissionais – ECRIS

O Grupo da Cooperação em Matéria Penal (COPEN) procedeu, na reunião de 19 de Maio de 2011, a uma primeira troca de pontos de vista sobre o projecto inicial de um manual não vinculativo para profissionais, que defina o procedimento de intercâmbio de informações através do Sistema Europeu de Informação sobre os Registos Criminais (ECRIS). Uma segunda reunião do COPEN na matéria teve lugar em 19 de Maio de 2011, seguida de breve debate em 24 de Junho. Em 20 de Setembro, o COPEN analisou uma segunda versão, constante do doc. 12151/11 COPEN 165 JURINFO 54 EJUSTICE 59. O projecto revisto do manual não vinculativo para profissionais, doc. 12151/1/11 REV 1 COPEN 165 JURINFO 54 EJUSTICE 59, foi debatido em 25 de Outubro.

A versão final do manual constante do doc. 17879/11 COPEN 350 JURINFO 76 EJUSTICE 94; a estrutura do manual, as partes comuns, e os tipos de informação específica por país a incluir foram aceites através de procedimento de aprovação tácita no início de Dezembro.

MANUAL ECRIS

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	ECRIS – INFORMAÇÕES GERAIS	6
2.1.	Intercâmbio de informações sobre condenações	6
2.2.	Pedidos	8
2.3.	Respostas	10
2.4.	Protecção de dados	12
2.5.	Balcão de assistência	12
3.	ECRIS – INFORMAÇÃO RELATIVA A CADA PAÍS	14
3.1.	Autoridades centrais (contactos, endereços electrónicos)	14
3.2.	Forma de identificação dos autores de infracções	15
3.3.	Posição dos Estados-Membros sobre o uso das línguas no âmbito do ECRIS.	15
3.4.	Procedimentos aplicados a pedidos para outra finalidade que não seja o processo penal	17
3.4.1.	Procedimentos aplicados aos pedidos com fins administrativos	17
3.4.2.	Procedimentos aplicados aos pedidos recebidos dos interessados	17
3.4.3.	Procedimentos aplicados aos pedidos para fins de obtenção de emprego	18
3.4.4.	Outras informações	18
3.5.	Cópias de sentenças	19
3.6.	Interpretação uniforme dos Anexos A e B da Decisão 2009/316/JAI – quadros nacionais	20

MANUAL ECRIS PARA OS PROFISSIONAIS

1. INTRODUÇÃO

As informações relativas a condenações têm sido comunicadas através de sistemas criados pela Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, de 1959, e pelos instrumentos da UE que deram desenvolvimento ao sistema de auxílio judiciário mútuo, como a Convenção Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados-Membros da União Europeia, de 29 de Maio de 2000, que veio complementar o sistema criado pela Convenção de 1959. Em Novembro de 2005, o Conselho adoptou uma decisão relativa ao intercâmbio de informações extraídas do registo criminal¹, que se destinava a melhorar o sistema criado pela Convenção de 1959, sobretudo com uma maior rapidez de transmissão. Esta decisão foi revogada pela Decisão-Quadro 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros (artigo 12.º, n.º 4).

O objectivo da presente publicação é pôr à disposição dos profissionais² um manual não vinculativo, em conformidade com o considerando n.º 16 e o artigo 6.º, n.º 2, da Decisão 2009/316/JAI do Conselho, de 6 de Abril de 2009, relativa à criação do sistema europeu de informação sobre os registos criminais (ECRIS) em aplicação do artigo 11.º da Decisão-Quadro 2009/315/JAI, de 26 de Fevereiro de 2009³. O manual define o procedimento de intercâmbio de informações através do ECRIS, que é um sistema informático descentralizado para facilitar o referido intercâmbio e tornar mais compreensíveis as informações trocadas, e indica, em especial, o formato de identificação dos autores de infracções e a interpretação uniforme das categorias de infracções e sanções.

¹ Decisão 2005/876/JAI do Conselho, de 21 de Novembro de 2005, relativa ao intercâmbio de informações extraídas do registo criminal.

² Por "profissionais" entendem-se as autoridades centrais designadas de acordo com a Decisão-Quadro, bem como os utentes finais (juízes, procuradores públicos, polícia, etc.).

³ JO L 93 de 7.4.2009, p. 33.

O ECRIS foi estabelecido com base nos seguintes instrumentos:

- Decisão-Quadro 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros⁴, a seguir designada por "Decisão-Quadro".
- Decisão 2009/316/JAI do Conselho, de 6 de Abril de 2009, relativa à criação do sistema europeu de informação sobre os registos criminais (ECRIS) em aplicação do artigo 11.º da Decisão-Quadro 2009/315/JAI⁵, a seguir designada por "Decisão ECRIS".

A Decisão-Quadro definiu um mecanismo para melhorar a circulação de informações relativas a condenações na União Europeia. Este instrumento prevê ainda a criação de um sistema informático para a transmissão de informações sobre condenações entre Estados-Membros, que ficou estabelecido pela Decisão ECRIS.

O sistema ECRIS permite o intercâmbio automatizado de dados entre os registos criminais centrais e impõe aos Estados-Membros a obrigação de utilizarem quadros comuns (p. ex. para a classificação de infracções e sanções) na transmissão de informações sobre condenações. A finalidade do ECRIS é permitir o intercâmbio efectivo e sistemático de informações extraídas dos registos criminais entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, de forma a garantir um entendimento comum dessas informações e a eficácia da sua utilização, tanto no âmbito do processo penal como fora deste.

O sistema de informações não permite o acesso directo aos registos criminais dos Estados-Membros, mas acelera a transmissão das notificações de condenações, pedidos de informação sobre as mesmas e respostas a tais pedidos.

⁴ JO L 93 de 7.4.2009, p. 23.

⁵ JO L 93 de 7.4.2009, p. 33.

O manual foca em especial a forma de identificação dos autores de infracções e a interpretação uniforme das categorias de infracções; sanções e medidas.

O artigo 5.º, n.º 2, da Decisão ECRIS prevê que os Estados-Membros enviem ao Secretariado-Geral do Conselho informação actualizada sobre as respectivas listas nacionais de infracções e listas das categorias de condenações, de eventuais penas acessórias, de medidas de segurança e de eventuais decisões posteriores que alterem a execução da pena, nos termos da legislação nacional.

Nem todas as questões relativas ao intercâmbio de dados que afectam o intercâmbio de dados são cobertas pelo presente documento. Isso é assim deliberadamente. No entanto, as autoridades centrais são convidadas a manter contacto e a assegurar a cooperação com as autoridades centrais dos outros Estados-Membros. Tal abordagem tornará o ECRIS mais eficaz e permitirá resolver mais depressa os eventuais problemas que ocorram durante o intercâmbio de dados.

Dada a sua dimensão, o manual apenas pode ser produzido em versão electrónica. O manual está disponível nas seguintes plataformas⁶: EUR-Lex, CIRCA⁷ (Centro de recursos de comunicação e informação), RJE e sítio web do programa de apoio ao ECRIS (mantido pelo Reino Unido). Este formato permite a eficiente actualização do documento e permite que o manual seja facilmente acessível aos profissionais concernidos.

As sugestões relativas ao texto do manual e as actualizações de dados devem ser enviadas ao Secretariado-Geral do Conselho, Unidade DG H 2B (direitos fundamentais e cooperação judiciária em matéria penal), Rue de la Loi 175, B-1040, Bruxelas (endereço electrónico: secretariat.criminal-law@consilium.europa.eu) ou à Comissão Europeia, DG JLS, Unidade de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, Comissão Europeia, B-1049 Bruxelas.

⁶ O manual para os profissionais encontra-se nos seguintes endereços:

- <http://eur-lex.europa.eu/en/index.htm>
- <http://circa.europa.eu/>
- <http://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/>
- Sítio web do programa de apoio ao ECRIS

⁷ O acesso é limitado.

2. ECRIS – INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. Intercâmbio de informações sobre condenações

A Decisão-Quadro define nos artigos 4.º, 5.º e 11.º o procedimento de intercâmbio de informações sobre condenações.

O Estado-Membro informa a autoridade central do Estado-Membro de que é nacional a pessoa condenada de quaisquer condenações proferidas no seu território contra essa pessoa, bem como de qualquer alteração ou supressão no registo que afecte as informações prestadas sobre tais condenações. A Decisão-Quadro estipula que, no mínimo, são transmitidos os seguintes dados pessoais: Nome completo, data de nascimento, local de nascimento (cidade e Estado), sexo, nacionalidade e, se for caso disso, nome(s) anterior(es), a menos que; em determinados casos, tal informação não seja conhecida.

Dado que uma das vertentes essenciais do ECRIS é a compreensão da condenação estrangeira, os Estados-Membros prestam as ditas informações (condenações, alterações ou supressões subsequentes) de forma bem compreensível para os utilizadores finais.

O Estado-Membro de nacionalidade conserva as informações recebidas sobre condenações, para efeitos de retransmissão. Uma questão essencial no procedimento de intercâmbio de informações é que o Estado-Membro de nacionalidade identifique com absoluta certeza a pessoa que condiz com os dados de identificação fornecidos na mensagem de notificação. A não ser assim, o Estado-Membro de que é nacional a pessoa em causa deverá solicitar dados de identificação adicionais ao Estado-Membro de condenação.

Depois de ser informado da condenação, o Estado-Membro de nacionalidade:

1. conserva as informações relativas à condenação notificada, para efeitos de retransmissão, e comunica ao Estado-Membro de condenação que foi recebida a notificação;
2. pode solicitar dados pessoais adicionais, caso os dados anteriormente recebidos não permitam identificar sem ambiguidade a pessoa condenada;
3. além disso, a autoridade central pode rejeitar a notificação recebida, nos seguintes casos:
 - a) quando a pessoa identificada não é nacional do Estado-Membro. Essa situação ocorre quando o Estado-Membro que recebe a notificação pode verificar se a pessoa condenada existe e é seu nacional. Neste caso, este Estado-Membro decide não conservar as informações relativas à condenação notificada, para efeitos de retransmissão, e comunica o problema ao Estado-Membro de condenação.
 - b) quando várias pessoas correspondem aos dados de identificação, e a autoridade central não consegue delimitar sem ambiguidade a lista de correspondências a uma só pessoa. Neste caso, colocam-se duas opções. O Estado-Membro que recebe a notificação ou conserva as informações relativas à condenação notificada, para efeitos de retransmissão, e comunica ao Estado-Membro de condenação que a notificação foi recebida, ou comunica ao Estado-Membro de condenação que a notificação não foi tratada, e a razão por que não foi. As informações notificadas não são conservadas e o Estado-Membro que as recebeu envia uma mensagem "problema com a notificação" ao Estado-Membro de condenação, indicando que a notificação não pôde ser tratada por terem sido encontradas várias pessoas que correspondem aos dados de identificação.

- c) quando a pessoa já faleceu. Neste caso, a autoridade central informa do facto o Estado-Membro de condenação e pode não conservar as informações para efeito de retransmissão.
- d) quando a pessoa que corresponde às impressões digitais recebidas não tem a identidade nominal indicada. Neste caso, a autoridade central que recebeu as impressões digitais informa do facto o Estado-Membro de condenação e pode não conservar as informações para efeito de retransmissão. O intercâmbio de impressões digitais é opcional, segundo a Decisão-Quadro⁸, o que significa que esta opção só pode ser utilizada pelos Estados-Membros que fazem intercâmbio de impressões digitais no âmbito do ECRIS.

Consoante os Estados-Membros, as alterações subsequentes podem ser enviadas em modo "retrato instantâneo" ou em modo "historial". O modo "retrato instantâneo" apresenta o estatuto actual da condenação, isto é, o estatuto resultante de eventuais alterações. A notificação em forma de "retrato" contém as informações mais recentes sobre uma condenação. O modo "historial" inclui não só a condenação original como todas as alterações subsequentes. A notificação em forma de "historial" inclui todas as alterações que a condenação entretanto sofreu.

2.2. Pedidos

O artigo 6.º da Decisão-Quadro define o procedimento para os pedidos de informação. O formulário de pedido consta do anexo I da referida decisão.

Segundo a Decisão-Quadro, podem ser apresentados pedidos de informação sobre condenações passadas não só para efeitos penais como para quaisquer outros efeitos. Nos casos em que os pedidos são feitos para outras finalidades, a autoridade central requerida responde em conformidade com a lei nacional⁹.

⁸ Artigo 11.º, n.º 1, alínea c), da Decisão-Quadro. Actualmente, há intercâmbio de impressões digitais nos seguintes Estados-Membros:

⁹ Ver Capítulo 3.4.

Os pedidos feitos no âmbito do ECRIS são enviados por via electrónica, de acordo com as especificações técnicas do ECRIS. Em casos excepcionais¹⁰, em que é utilizado formato papel, os pedidos de informações extraídas do registo criminal feitos pelas autoridades centrais dos Estados-Membros devem ser apresentados por meio do formulário constante do anexo à Decisão-Quadro.

O pedido é composto dos seguintes elementos:

- 1) informações relativas à autoridade de emissão,
- 2) dados de identificação, se os houver, da pessoa sobre a qual se pedem informações extraídas do registo criminal,
- 3) finalidade do pedido:
 - (a) processo penal,
 - (b) outra finalidade que não seja o processo penal¹¹, por exemplo¹²:
 - pedidos de uma entidade patronal,
 - pedidos de uma autoridade judiciária
 - pedidos de uma autoridade administrativa
 - pedidos dos interessados,
- 4) informações adicionais, como o número do processo, o consentimento da pessoa referida no pedido [se tal consentimento for necessário segundo a lei nacional], a urgência do pedido, observações diversas, etc.

A fim de facilitar a identificação da pessoa, deve ser prestado o maior número possível de informações. Antes de apresentar o pedido, há que verificar se o Estado-Membro a quem é pedida a informação exige elementos específicos¹³, bem como quais são os procedimentos utilizados para a verificação da identidade, p. ex. registos civis, impressões digitais, etc.

¹⁰ Ver artigo 11.º, n.º 5, da Decisão-Quadro.

¹¹ Ver Capítulo 3.4.

¹² A lista completa das finalidades decorre das especificações técnicas do ECRIS (ECRIS-BA-Common Reference Tables) e estas são extensões pormenorizadas da finalidade geral constante do anexo A da Decisão-Quadro.

¹³ Ver Capítulo 3.2.

2.3. Respostas

O artigo 7.º da Decisão-Quadro define o procedimento para responder aos pedidos recebidos.

As respostas dadas no âmbito do ECRIS são enviadas por via electrónica, de acordo com as especificações técnicas do ECRIS. Em casos excepcionais¹⁴, em que é utilizado formato papel, as respostas são dadas por meio do formulário constante do anexo à Decisão-Quadro.

Depois de receber um pedido, os Estados-Membros:

- 1) dão uma resposta se o pedido satisfizer os necessários requisitos,
- 2) pedem informações adicionais se os dados pessoais ou a finalidade indicada pelo pedido não forem suficientes para se poder responder,
- 3) podem recusar o pedido, indicando que o pedido apresentado para outra finalidade que não o processo penal não pode ser tratado em virtude do disposto na lei nacional,
- 4) além disso, a autoridade central pode rejeitar o pedido, nos seguintes casos:
 - a) quando os dados pessoais transmitidos no pedido não permitem a esse Estado-Membro identificar a pessoa sem ambiguidade (foram encontradas várias pessoas correspondentes a esses dados pessoais);

¹⁴ Ver nota de rodapé n.º 10.

- b) quando a pessoa indicada no pedido já faleceu;
- c) quando a pessoa que corresponde às impressões digitais recebidas não tem a identidade nominal indicada no pedido. O intercâmbio de impressões digitais é opcional, segundo a Decisão-Quadro¹⁵, o que significa que esta opção só pode ser utilizada pelos Estados-Membros que fazem intercâmbio de impressões digitais no âmbito do ECRIS¹⁶.

Os prazos de reposta são especificados no artigo 8.º da Decisão-Quadro. Os prazos devem ter em conta o calendário próprio do Estado-Membro requerido (feriados, dias de encerramento dos serviços, etc.). As especificações técnicas para a utilização do ECRIS estipulam que o prazo de qualquer pedido é contado automaticamente com base no calendário do Estado-Membro requerido e transmitidos ao Estado-Membro requerente.

Os pedidos para efeitos penais e outros que não sejam penais¹⁷ são respondidos o mais rapidamente possível. Em todo o caso, o prazo de envio da resposta não deve exceder dez dias úteis a contar da data de receção do pedido. Caso o Estado-Membro ao qual foram pedidas informações precise de mais dados para identificar a pessoa indicada no pedido, consulta imediatamente o Estado-Membro requerente. O referido prazo de dez dias úteis é então contado a partir da data de receção das informações adicionais.

As respostas a pedidos recebidos das pessoas em causa¹⁸ são dadas num prazo de 20 dias úteis a contar da data de receção do pedido.

¹⁵ Artigo 11.º, n.º 1, alínea c), subalínea ii), da Decisão-Quadro.

¹⁶ Há que ter em conta que, segundo o artigo 11º, alínea c), subalínea ii), da Decisão-Quadro, o intercâmbio de impressões digitais é opcional.

¹⁷ Artigo 6.º, n.º 1, da Decisão-Quadro

¹⁸ Artigo 6.º, n.º 2, da Decisão-Quadro.

2.4. Protecção de dados¹⁹

As condições de utilização dos dados pessoais são regidas pelo artigo 9.º da Decisão-Quadro. Os dados pessoais comunicados ao abrigo do artigo 7.º, n.ºs 1 e 4, dessa Decisão, *para efeitos de um processo penal* apenas podem ser utilizados pelo Estado-Membro requerente *para efeitos do processo penal* para o qual foram solicitados.

Os dados pessoais transmitidos ao abrigo do artigo 7.º, n.ºs 2 e 4, da Decisão-Quadro *para outros efeitos que não os do processo penal* só podem ser utilizados pelo Estado-Membro requerente, em conformidade com a lei nacional, para os efeitos para os quais foram solicitados e dentro dos limites especificados pelo Estado-Membro requerido.

Estas regras aplicam-se com uma excepção: os dados podem ser utilizados pelo Estado-Membro requerente para prevenir uma ameaça iminente e grave para a segurança pública.

Os Estados-Membros tomam as medidas necessárias para assegurar que os dados pessoais recebidos de outro Estado-Membro ao abrigo do artigo 4.º, se forem transmitidos a um país terceiro, sejam submetidos a limites de utilização idênticos aos aplicáveis aos Estados-Membros requerentes. Os Estados-Membros especificam que os dados pessoais, quando transmitidos a um país terceiro para efeitos de processo penal, apenas podem voltar a ser utilizados por esse país terceiro para efeitos de processo penal.

2.5. Balcão de assistência

Caso surjam problemas (jurídicos, técnicos, operacionais) quanto ao funcionamento do ECRIS, os profissionais devem contactar (...) as respectivas autoridades centrais.

¹⁹ Ver considerando n.º 13 da Decisão do Conselho e considerando n.º 18 da Decisão ECRIS.

Se tais problemas exigirem análise a nível da UE, as autoridades centrais contactam os órgãos pertinentes da UE: Conselho da União Europeia, Comissão Europeia, Presidência do Conselho da União Europeia.

Nos termos do artigo 3.º, n.º 7, da Decisão ECRIS, o apoio geral e a assistência técnica no âmbito do ECRIS é prestado pela Comissão Europeia. A Comissão disponibiliza aos Estados-Membros um balcão de assistência para o intercâmbio operacional de informações.

Contacto:

Comissão Europeia: endereço electrónico: JUST-CRIMINAL-RECORD@ec.europa.eu.

Caso surjam problemas operacionais, os Estados-Membros podem contactar o Programa de Apoio ao ECRIS mantido pelo Reino Unido.

Contacto:

PAE: correio electrónico: support@ecrisic.eu; telefone: 00 44 1489 588556

3. ECRIS – INFORMAÇÃO RELATIVA A CADA PAÍS

A presente secção trata das principais questões relativas ao sistema em geral, já que um efectivo intercâmbio de informações por meio do ECRIS exige uma interpretação uniforme de certos procedimentos utilizados por determinados Estados-Membros, bem como a criação de autoridades centrais e o estabelecimento de regras de cooperação entre Estados-Membros depois de criado o ECRIS. A presente secção está estruturada em diversos tópicos que têm um papel importante no ECRIS, sendo objectivo da presente secção apresentar as informações básicas sobre os procedimentos e regras aplicados pelos vários Estados-Membros e autoridades centrais no âmbito do ECRIS.

3.1. Autoridades centrais (contactos, endereços electrónicos)

Nos termos do artigo 3.º da Decisão-Quadro, os Estados-Membros têm de designar uma ou várias autoridades centrais. A autoridade central de cada Estado-Membro assegura, no âmbito do sistema, o intercâmbio de informações sobre condenações.

Cada Estado-Membro informa o Secretariado-Geral do Conselho e a Comissão da ou das autoridades centrais designadas. O Secretariado-Geral do Conselho notifica estas informações aos Estados-Membros. A experiência adquirida com a cooperação no domínio da Decisão 2005/876/JAI do Conselho mostrou que convém indicar no manual os contactos de cada autoridade central.

(Os contactos das autoridades centrais serão indicados segundo o seguinte modelo)

Estado-Membro:

Autoridade central

- Nome:
- Endereço:
- Telefone:
- Correio electrónico:
- Pessoas a contactar (para questões técnicas e jurídicas) – se for possível incluir esses dados:

3.2. Forma de identificação dos autores de infracções

Nos termos do artigo 6.º, n.º 2, alínea a), da Decisão ECRIS, cada Estado-Membro indica o conjunto de dados que é utilizado no processo de identificação.

(Os dados pessoais utilizados no processo de identificação são os seguintes)

Estado-Membro

- Lista enumerativa dos dados utilizados para identificar o autor da infracção.
- Registos utilizados para identificar a pessoa, por exemplo registo criminal, registo civil.

3.3. Posição dos Estados-Membros sobre o uso das línguas no âmbito do ECRIS.

O artigo 10.º da Decisão-Quadro regula o regime linguístico utilizado para o intercâmbio de informações sobre condenações.

O artigo 10.º, segunda frase, estipula que os Estados-Membros têm direito a utilizar, nas respostas a pedidos, a sua língua ou línguas oficiais aceites tanto pelo Estado requerente como pelo Estado requerido.

Além disso, nos termos do artigo 10.º, terceira frase, os Estados-Membros podem, no momento da adopção da Decisão-Quadro ou posteriormente, indicar a ou as línguas oficiais da União Europeia por si aceites, mediante declaração enviada ao Secretariado-Geral do Conselho.

Esta questão põe-se quando a resposta a um pedido contém uma notificação estrangeira. Essa notificação estrangeira pode ser traduzida, antes do envio,²⁰ para a língua oficial do Estado requerido e em seguida transmitida ao Estado requerente. No entanto, os Estados-Membros podem resolver a questão das línguas aceites adoptando um acordo bilateral que especifique quais as línguas aceites (e permita transmitir a sentença na(s) línguas(s) do Estado-Membro de condenação).

Em situações concretas, os Estados-Membros podem, assim, utilizar no intercâmbio outras que línguas além da língua ou línguas oficiais. Para facilitar o intercâmbio de informações, apresenta-se adiante a lista dos Estados-Membros com a respectiva posição sobre o regime linguístico que preferem utilizar.

(Posição dos Estados-Membros quanto ao regime linguístico)

Estado-Membro:

Línguas oficiais da União Europeia aceites pelo Estado-Membro para o intercâmbio de pedidos – artigo 10.º, terceira frase: *(serão aditadas as informações coligidas pelo PAE):*

EM enquanto parte requerida: língua ou línguas utilizadas nas respostas a pedidos recebidos de outros Estados-Membros: língua ou línguas oficiais nacionais ou língua da condenação inicial (caso a resposta contenha condenações de outros Estados-Membros ou de países terceiros):

EM enquanto parte requerente: Línguas aceites nas respostas recebidas: língua ou línguas oficiais nacionais do Estado-Membro requerido ou língua da condenação inicial (caso a resposta contenha condenações de outros Estados-Membros ou de países terceiros):

²⁰ Ver capítulo 4.3 da análise de funcionamento. "Embora a maioria dos elementos de informação estejam normalizados e codificados no modelo deste domínio (p. ex. códigos comuns de infracções e sanções, datas, duração, parâmetros das infracções e sanções" ver capítulo 4.3.4 da análise de funcionamento.

3.4. Procedimentos aplicados a pedidos para outra finalidade que não seja o processo penal

Nos termos do artigo 7.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, as respostas transmitidas para outra finalidade que não seja o processo penal são dadas em conformidade com a lei nacional do Estado requerido. Para facilitar o intercâmbio de tais dados, as informações relativas às regras nacionais básicas sobre respostas a pedidos para outra finalidade que não seja o processo penal são as seguintes:

(Os Estados-Membros devem responder às seguintes perguntas)

Estado-Membro:

3.4.1. Procedimentos aplicados aos pedidos com fins administrativos

- 1) Qual é o procedimento para prestar as informações?
 - a) É possível fazer um pedido de informações para fins administrativos?
 - b) Deverá o pedido especificar em pormenor a finalidade do pedido de informações?
 - c) É exigido o consentimento do interessado para a transmissão de informações sobre as suas condenações penais?
 - d) Quais são os custos da prestação de informações?
 - e) Outras informações específicas.

3.4.2. Procedimentos aplicados aos pedidos recebidos dos interessados

- 1) Qual é o procedimento para prestar as informações?
 - a) Deverá o pedido especificar a finalidade do pedido de informações?
 - b) Quais são os custos da prestação de informações?
 - c) São exigidos documentos de identidade, cópias dos mesmos ou quaisquer outros documentos?
 - d) Outras informações específicas.

3.4.3. *Procedimentos aplicados aos pedidos para fins de obtenção de emprego*

- 1) Qual é o procedimento para prestar as informações?
- a) É possível fazer um pedido de informações para fins de obtenção de emprego?
- b) Deverá o pedido especificar em pormenor a finalidade do pedido de informações?
- c) Quais são os custos da prestação de informações?
- d) Outras informações específicas.

3.4.1. *Outras informações*

Quaisquer outras informações sobre a legislação, regulamentação ou práticas nacionais dos Estados-Membros, que possam ser úteis à autoridade requerente ao fazer um pedido de informações extraídas do registo criminal (*p .ex. o âmbito da resposta a um pedido com outra finalidade que não o processo penal – contém todas as informações conservadas no registo criminal ou está limitada a determinadas categorias de infracção, sanções ou regras de reabilitação*).

Note-se que nem a Decisão ECRIS nem a Decisão Quadro estabelecem qualquer obrigação de intercâmbio de informações acerca de decisões que não são do foro penal.

3.5. Cópias de sentenças

O artigo 4.º, n.º 4, da Decisão-Quadro oferece a possibilidade de fornecer cópias das sentenças iniciais em casos particulares²¹. Segundo o referido artigo, as autoridades centrais podem participar no intercâmbio de cópias de sentenças. No entanto, a Decisão-Quadro não impõe às autoridades centrais a obrigação de conservar e administrar as cópias das sentenças. Tais documentos não podem ser conservados pelas autoridades centrais nem pelos registos criminais, e não são objecto de intercâmbio utilizando o formato electrónico definido para o software ECRIS. Caso tais cópias sejam necessárias, têm de ser enviadas por outros meios (p. ex. correio electrónico, fax). A forma mais adequada de obter tais cópias é recorrer à cooperação judiciária em matéria penal²².

Para facilitar o intercâmbio de informações, o quadro adiante contém informações relativas aos procedimentos mais adequados, em cada Estado-Membro, para o intercâmbio de cópias de sentenças. O quadro indica se é possível pedir cópias de sentenças via autoridade central, e ainda se é possível receber cópias de sentenças directamente da autoridade central.

Os Estados-Membros devem responder às seguintes perguntas:

- 1 – Procedimento mais adequado – descrição sucinta (p. ex. se o pedido deve ser enviado ao tribunal que pronunciou a sentença).*
- 2 – É possível pedir cópias de sentenças à autoridade central?*
- 3 – A autoridade central conserva cópias de sentenças?*

²¹ Decisão-Quadro, artigo 4º, n.º 4.

²² Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, de 20 de Abril de 1959, Convenção Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados-Membros da União Europeia, de 29 de Maio de 2000.

Estado-Membro:

3.6. Interpretação uniforme dos Anexos A e B da Decisão 2009/316/JAI – quadros nacionais

Segundo o artigo 5.º da Decisão ECRIS, os Estados-Membros devem transmitir as listas nacionais de infracções e sanções, correspondentes aos códigos dos Anexos A e B da Decisão-Quadro. Essas listas fazem parte do manual. Os Estados-Membros podem também transmitir uma breve descrição dos elementos constitutivos das infracções e sanções. Os quadros fornecidos são integrados no manual como anexos.

ESTADO-MEMBRO:

A – QUADRO DE INFRACÇÕES

B – QUADRO DE SANÇÕES

(Os Estados-Membros devem prestar as informações acima indicadas)
